

INTRODUÇÃO À CRIMINALIDADE DE CONSUMO

ANTÔNIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN*

Procurador de Justiça em São Paulo, Mestre em Direito (L.L.M.) pela University of Illinois College of Law, Fundador e Presidente do BRASILCON – Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor

1. OS RUMOS DO DIREITO PENAL EM DUAS NOTÍCIAS DA GRANDE IMPRENSA

Não faz muito tempo, o jornal "O Estado de São Paulo", um dos mais importantes do País, estampou, com destaque, matéria sob o título "Arquiteto e médica são acusados de adultério"¹. Vale a pena transcrever alguns trechos da notícia:

Pela primeira vez nesta década, um processo por adultério foi instaurado no Fórum Criminal da Capital ... O processo, que não está em segredo de justiça, despertou curiosidade no meio forense, pois o crime de adultério, na prática, caiu em desuso.

Ainda recentemente, a revista "Isto É", de circulação nacional, veiculou matéria de duas páginas, intitulada "Dias de fúria, Consumidores vencem grandes empresas na Justiça e colocam executivos na cadeia"². Aqui também o noticiado é esclarecedor, ao narrar episódios de consumidores lesados no mercado: "Os bancários Márcia Dezotti Simoni, 23 anos, e Marcos José da Silva, 26 anos, só querem se casar e comprar um apartamento de dois quartos. Para obter o dinheiro da entrada de um imóvel no residencial Mirante da Lapa, em São Paulo, Marcos vendeu o

* Um dos redatores do Código de Defesa do Consumidor. Professor-Visitante de Direito Ambiental na University of Texas School of Law.

¹ "O Estado de São Paulo", edição de 3 de junho de 1995, caderno C (cidades), p. 5.

² "Isto É", 15 de março de 1995, pp. 74-75.

seu Passat ano 88 abaixo do preço de mercado e fez dois empréstimos bancários. Márcia juntou suas economias e até à sagrada manicure parou de ir. Na quarta, 8, o casal presenciou um ato inesperado: 'O senhor está preso por crime contra a economia popular. Esses pobres noivos merecem respeito', bradou o delegado João Miziara Filho, titular da 2ª Delegacia de Economia Popular do Decon (Departamento Estadual de Polícia do Consumidor), para o elegante gerente de vendas da imobiliária paulista Roque & Seabra, Sérgio Matias Horemans, 54 anos. Um dia antes, Horemans dissera a Marcos, num telefonema seco e irredutível, que o apartamento pelo qual o casal já havia depositado a duras penas um sinal de R\$ 5.460 tinha sido vendido a eles por equívoco. Após dez dias de insistência por uma satisfação, eles ouviram do gerente que a solução seria pagar R\$ 1 mil a mais por um novo imóvel ou desfazer o negócio. Resolveram o problema na polícia. A fúria dos noivos contra a Roque & Seabra é mais uma das muitas histórias dos últimos meses em que consumidores inconformados vão à luta contra grandes empresas para garantir os seus direitos. O perfil do consumidor brasileiro começa a ser remontado quatro anos depois da criação do Código Nacional de Defesa do Consumidor. Pela nova ordem, ou as empresas tratam bem seus clientes ou arcam com ações policiais e judiciais. Nas últimas batalhas, consumidores enfurecidos têm saído vitoriosos ... Sem dirigir a palavra ao casal, Horemans disse ao delegado: 'É um absurdo o senhor me prender. Eu sou bacharel em direito, doutor' ... Há 30 dias no cargo, o delegado João Miziara contabiliza pelo menos 50 prisões por crime contra a economia popular. 'A impunidade é tão grande que eles nunca acreditam que serão presos', conta o delegado".

Esses dois artigos, aparentemente desconectados, exceto pelo enfoque criminal da notícia, demonstram, claramente, que o Direito Penal, assim como o mercado, não é estático. Evolui e está, continuamente, em estado de transformação. Tipos penais de enorme importância em

determinado momento histórico são esquecidos e permanecem empoeirados – *law in the books*, sem qualquer aplicação efetiva.

No outro extremo, condutas antes percebidas como desvios menores, tratáveis somente no plano do Direito Civil, Comercial ou Administrativo, quando não totalmente ignoradas pelo ordenamento jurídico, são criminalizadas e passam, superado um período inicial de adaptação, a integrar o arsenal utilizado cotidianamente na implementação de direitos e obrigações.

Foi assim com o crime de adultério; é assim com os modernamente denominados "crimes de consumo". Um e outro trazendo a marca da história. Aquele, substancialmente influenciado pelo Direito Canônico. Estes, pela sociedade de consumo e pelos valores e bens a ela agregados: segurança de produtos e serviços, informação adequada, boa-fé no trato entre consumidores e fornecedores, publicidade veraz e não-abusiva, etc.

2. O CARÁTER INTRODUTÓRIO DESTE ARTIGO

Poucos eram os estudos jurídicos sobre a criminalidade de consumo antes da entrada em vigor da Lei nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor (CDC). Com este, felizmente, multiplicou-se o interesse pelo tema. O presente artigo, até pela exiguidade de espaço, não é, em absoluto, uma análise ampla e aprofundada da matéria. Ao contrário, propõe-se, unicamente, a dar uma visão abreviada de alguns dos aspectos fundamentais que cercam e informam os crimes de consumo.

3. A PROTEÇÃO PENAL DO CONSUMIDOR: IMPORTÂNCIA E FONTES

Ao contrário do que pregam uns poucos, a tutela penal é extremamente importante na proteção do consumidor. Em face do valor normalmente irrisório do dano individual e da diversidade dos interesses dos consumidores, com a "pulverização das vítimas", cabe exatamente ao Direito Penal atuar no sentido de não deixar impunes comportamentos imensamente danosos e socialmente condenáveis, quando considerados de modo global, ou seja, quando enxergados no contexto da sociedade de consumo como um todo.

É fato apontado na doutrina estrangeira que "a proporção de reclamantes que estão dispostos a ingressar em juízo, no sentido de ver seus direitos respeitados, é mínima. Tal encoraja os fornecedores a assumirem que podem adotar práticas negligentes e irregulares sem punição. Se podem ficar impunes ao fornecerem produtos de consumo de qualidade inferior e serviços inadequados, sentir-se-ão tentados a baixar seus *standards* pela perspectiva de lucros crescentes"³.

Como consequência da inadequação do processo civil tradicional – mesmo após a introdução de inovações, como a ação civil pública – para a solução dos conflitos de consumo⁴, a ação penal passa a apresentar várias vantagens quando comparada à ação civil clássica, v.g., sua gratuidade, a intervenção economicamente desinteressada do Ministério Público, o pequeno esforço exigido do consumidor e, mais que tudo, a sensação dada à vítima de que tem por trás de si toda a estrutura estatal a suprir sua fragilidade diante do fornecedor todo poderoso⁵.

³ Robert Lowe e Geoffrey Woodroffe, *Consumer Law and Practice*, Sweet and Maxwell, Londres, 1985, p. 175).

⁴ Há razões materiais (custos, lentidão, complexidade e formalismo procedimentais) e psicológicas (inibição, sensação de inferioridade e impotência por parte do consumidor) a entravar o exercício civil de direitos.

⁵ No mesmo sentido, Carlos Ferreira de Almeida, *Os Direitos dos Consumidores*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 159.

No contexto da criminalidade de consumo, a Justiça penal deve ter em mente que a quantidade de fraudes e abusos praticados contra consumidores que lhe chega ao conhecimento é diminuta, quando comparada ao número de ataques que ocorrem diariamente no mercado de consumo⁶. É neste contexto que a punição penal ganha grande relevo educativo.

No nosso Direito, assim como no comparado, há uma certa tendência à sub-utilização da via penal na proteção do consumidor e, de maneira mais geral, no resguardo de interesses e direitos difusos ou coletivos. Aponta-se, com razão, que

[o] fenômeno está presente, seja a nível *normativo* – no sentido de uma veia criativa escassa por parte do legislador penal –, seja no plano *fático* – na medida de uma certa má-vontade da jurisprudência e de outros órgãos da repressão penal em aplicar a incriminação disponível⁷.

De qualquer modo, a tutela penal do consumidor tem-se mostrado tarefa árdua, dentro do modelo criminal clássico.

Primeiro, pela vigência em nosso sistema infra-constitucional (não no âmbito da Constituição Federal de 1988!) do princípio *societas delinquere non potest*. Segundo, por estar o Direito Penal Econômico nos seus primórdios. Terceiro, porque a sociedade (aí incluindo-se Magistrados, Promotores de Justiça, Advogados e Professores de Direito Penal), tende a ver com benevolência os chamados "crimes de colarinho branco", ao contrário do que acontece com a "delinqüência tradicional". Dá-se para o infrator econômico uma auréola de êxito, de sucesso, de esperteza, tudo ressaltado pela impunidade. É uma "imoralidade com

⁶ Segundo Haemmel, George e Bliss, as fraudes no mercado de consumo é apenas uma gota d'água no quadro amplo dos abusos praticados contra o consumidor. Mais de 10% dos consumidores são vítimas de comportamentos fraudulentos, sendo que mais de 40% do Produto Interno Bruto americano podem ser designados como desperdiçados em decorrência de práticas abusivas no mercado de consumo (*Consumer Law*, St. Paul, West Publishing Co., 1975, pp. 8/9).

⁷ Filippo Sgubbi, *L'interesse diffuso come oggetto della tutela penale*, in *La Tutela Degli Interessi Diffusi nel Diritto Comparato*, Milano, Giuffrè, 1976, p. 568, grifo no original).

brilho" e com admiradores⁸. Além disso, vale ressaltar a inadequação do sistema de penas, com sanções irrisórias, bem como a desconfiança com que o consumidor enxerga o aparelho judicial como um todo. Por isso mesmo, os "consumidores encontram-se, freqüentemente, relutantes em testemunhar ou denunciar tais práticas, e a fraude pode ficar encoberta ou impune... Um fornecedor pode achar mais lucrativo pagar a multa que estancar a prática fraudulenta"⁹.

Cabe, pois, à Justiça criminal aplicar, com rigor e sem titubear, as normas penais que asseguram a "transparência do mercado", mais ainda quando a tutela civil do consumidor – pelo subdesenvolvimento econômico do País e pela imensa disparidade entre ricos e pobres – ainda se mostra precária¹⁰.

Quanto mais complexas se tornarem às relações de consumo e o mercado, quanto mais difícil se mostrar a prova das infrações, quanto mais sofisticados os infratores, quanto mais descrentes os consumidores, maior e mais urgente a necessidade de atuação pronta da Justiça Criminal.

A norma penal, sem ser a única, ou mesmo a melhor guardiã do mercado de consumo, pode e deve ser uma realidade no sistema protetor do consumidor. "A sanção penal constitui o mecanismo de controle mais efetivo porque é o tipo de punição que o fornecedor mais teme"¹¹.

⁸ Ver, neste sentido, Juan José Gonzales Rus, *Los Intereses Economicos de los Consumidores – Proteccion Penal*, Madrid, INC, 1986, p. 36.).

⁹ *State consumer protection: a proposal (note)*, in *Iowa Law Review*, vol. 53, nº 3, 1967, p. 717.

¹⁰ Não obstante tantas dificuldades, no tocante à proteção dos consumidores, a Justiça tem procurado se adequar às modificações da sociedade de consumo e à complexidade do mercado (Cf., Michel Wieviorka, *Justice et Consommation*, Paris, La Documentation Française, 1976, p. 754).

¹¹ Dee Pridgen, *Consumer Protection and the Law*, New York, Clark Boardman Company, Ltd., 1986, pp. 7-26.

No Brasil, o consumidor – não obstante um tipo penal aqui e outro ali, sem qualquer vinculação sistemática – era, até a promulgação do CDC, o "irmão pobre" do Direito Penal Econômico brasileiro.

De um lado, tal situação é compreensível, posto que, como se sabe, a norma penal econômica não erege, normalmente, por si só, valores e bens dignos de tutela. Depende da emissão de juízos normativos, anteriores e a ela externos, constitucionais ou legais, que antecipem tal valoração. Ora, ausente esta no ordenamento jurídico brasileiro antes do CDC, desculpado está, até certo ponto, o Direito Penal pela indiferença dogmática com que tratou o consumidor. Nesse quadro de fragilidade legislativa, chega a surpreender a produção de modelos normativos penais como o da Lei nº 1.521/51, conhecida como Lei da Economia Popular (LEP).

De outra parte, não pode deixar de interessar ao jurista e ao estudioso dos paradoxos do Direito o fato de que um arcabouço legal como o nosso, recheado de tipos penais econômicos de tutela da empresa¹², tenha deixado de lado, por tanto tempo, aquele que, por ser o sujeito vulnerável do mercado, mais mereceria amparo.

Realmente, essa carência tipológica especial não podia continuar. Hoje, a situação é bem diversa, com a multiplicação de tipos e trabalhos doutrinários sobre o tema¹³. Em várias campos (civil,

¹² Veja-se no Decreto-Lei nº 7.903/45 (Código da Propriedade Industrial) um exemplo concreto da boa-vontade e receptividade do legislador quando se trata de resguardar penalmente interesses estritamente empresariais. Há mais tipos penais em tal estatuto (que cuida somente da propriedade industrial, uma gota d'água no universo da empresa) do que em todo o CDC!

¹³ Cf., dentre outros, Alberto Zacharias Toron, *Aspectos penais da proteção ao consumidor*, in Fascículos de Ciências Penais, ano 4, v. 4, nº 2, 1991; Antônio Herman V. Benjamin, *O direito penal do consumidor: capítulo do direito penal econômico*, in Revista de Direito do Consumidor, nº 1, 1992; Antonio Herman V. Benjamin, *A repressão penal aos desvios do "marketing"*, in Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 2, nº 6, 1994; Antonio Herman V. Benjamin, *Crimes de consumo no Código de Defesa do Consumidor*, Revista de Direito do Consumidor, nº 3, 1992; Damásio Evangelista de Jesus, *Dolo e culpa no Código de Defesa do Consumidor*, in Revista de Direito do Consumidor, nº 1, 1992; Eduardo Arruda Alvim, *Código do Consumidor Comentado*, São Paulo, RT, 1995; João Batista de Almeida, *A proteção jurídica do consumidor*, São Paulo,

administrativo e penal), órbitas (incolumidade físico-psíquica, incolumidade econômica e exercício de direitos) e prismas (preventivo, reparatório e repressivo) está o consumidor protegido no ordenamento jurídico brasileiro, tudo a demonstrar que o Direito Econômico nacional, em definitivo, abandonou sua parcialidade normativa, reequilibrando e assegurando legitimidade, no plano legal, à relação jurídica de consumo, como alicerce que é da economia de mercado e do regime jurídico que a informa¹⁴.

Cabe lembrar, nos passos do que acima já se adiantou, que, penalmente, não é de agora que se tutela o consumidor, embora nem sempre a lei o denominasse como tal. Assim, p. ex., a LEP faz referência

Saraiva, 1993; João Marcello de Araujo Júnior e Marino Barbero Santos, *A Reforma Penal. Ilícitos Penais Econômicos*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1987; José Geraldo Brito Filomeno, *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995; Luiz Luisi, *A tutela penal do consumidor*, in Fascículos de Ciências Penais, ano 4, v. 4, nº 2, 1991; Luiz Vicente Cernicchiaro, *Comentários ao Código do Consumidor*, Rio de Janeiro, Forense, 1992; Manoel Pedro Pimentel, *Legislação Penal Especial*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1972; Manoel Pedro Pimentel, *Aspectos penais do Código de Defesa do Consumidor*, in Revista dos Tribunais 661/52; Marco Antonio Zanellato, *Apontamentos sobre os crimes contra as relações de consumo e contra a economia popular*, in Cadernos de Doutrina e Jurisprudência, Civil e Criminal, São Paulo, Associação Paulista do Ministério Público, nº 5; Odone Sanguiné, *Introdução aos crimes contra o consumidor. Perspectiva criminológica e penal*, in Fascículos de Ciências Penais, ano 4, v. 4, nº 2, 1991; Paschoal Manteca, *Crimes contra a economia popular e sua repressão*, São Paulo, Saraiva, 1985; Paulo José da Costa Junior, *Comentários ao Código de Proteção do Consumidor*, São Paulo, Saraiva, 1991; René Ariel Dotti, *Comentários ao Código do Consumidor*, Rio de Janeiro, Forense, 1992;

¹⁴ É sempre oportuno relembrar que "para além da sua índole *supra-individual* – aspecto formal, comum a outros grupos de *bens jurídicos* como os relativos à saúde pública, ao ambiente, etc. – os bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal Econômico caracterizam-se materialmente pela sua relevância directa para o sistema económico cuja sobrevivência, funcionamento ou implementação se pretende assegurar ("Manuel da Costa Andrade, *A Nova Lei dos Crimes Contra a Economia - Dec.-Lei nº 26/84, de 20 de Janeiro – à Luz do Conceito de ' Bem Jurídico'*, in *Direito Penal Econômico*, Coimbra, Centro de Estudos Judiciários, 1985, p. 91, grifos no original).

ao "comprador"¹⁵, "freguês"¹⁶, "povo"¹⁷, "indivíduo"¹⁸, "interessado"¹⁹, "parte"²⁰ e até "sócio"²¹.

4. CRIMES DE CONSUMO PRÓPRIOS E IMPRÓPRIOS

Coube ao CDC estabelecer, pela primeira vez no Brasil, tipos penais que a) têm por objetivo – exclusivo ou preponderante, mas sempre imediato – proteger a parte vulnerável na relação de consumo, isto é, o consumidor, como sujeito "final" do trânsito mercadológico (é o dado teleológico), b) compõem-se, no plano ativo, pela atuação de infratores especialmente qualificados pela profissionalidade, o fornecedor, c) garantem obrigações e direitos criados num mesmo microssistema de tutela especial (do qual os dispositivos penais são condôminos) ou em outro, igualmente especializado na proteção do consumidor, formando com os elementos normativos civis, administrativos e até processuais um todo orgânico (é o dado contextual ou sistêmico), e d) referem-se a produtos ou serviços, também finais, o que exclui, p. ex., matérias-primas e insumos (é o dado material)²².

É por isso, que, em outro estudo²³, propusemos a classificação, hoje aceita pela doutrina brasileira especializada, dos crimes de consumo em *próprios* e *impróprios*, estes últimos sendo ora *acidentalmente de consumo*, ora *reflexamente de consumo*.

¹⁵ Art. 2º, incisos II, VIII, X

¹⁶ Art. 2º, incisos II, IV, VII,

¹⁷ Art. 2º, incisos IX, e art. 3º, incisos I e IV.

¹⁸ Art. 2º, par. único.

¹⁹ Art. 3º, inciso IX.

²⁰ Art. 4º, alínea b).

²¹ Art. 3º, inciso X.

²² É sempre bom alertar que nem todos os tipos do CDC representam essa estrutura dogmática. De qualquer maneira, no plano teórico e da abstração conceitual, o modelo de crimes de consumo segue o traçado mencionado.

²³ Cf. Antônio Herman V. Benjamin, *O direito penal do consumidor: capítulo do direito penal econômico*, in Revista de Direito do Consumidor, BRASILCON/Revista dos Tribunais, vol. 1, jan-mar 1992, pp. 103-129.

Crimes de consumo próprios são aqueles que se encaixam na estrutura teórica acima referida: tutelam, diretamente, com exclusividade ou com preponderância, o consumidor, como tal definido na norma civil, atuam sobre o sujeito profissional da relação de consumo, integram um arcabouço protetório especializado mais amplo, servindo de reforço implementador, e, finalmente, encontram nos produtos e serviços, por igual conceituados por dispositivos não-penais, seu objeto material.

Já os crimes de consumo impróprios põem o consumidor na vala comum da passividade geral, ou seja, negam-lhe, até por razões históricas, uma identidade própria, distinta dos outros sujeitos amparados pelo Direito Penal. Nos crimes acidentalmente de consumo, o tipo não preenche os requisitos teórico-dogmáticos dos crimes de consumo próprios, dispensando a qualificação subjetiva especial, ativa ou passiva, e, por isso mesmo, sua adequação para a tutela do consumidor nunca se revela *a priori*; só o caso concreto o viabiliza como tipo de tutela do consumidor. Finalmente, os crimes reflexamente de consumo, como categoria intermediária entre os próprios e os acidentalmente de consumo, resguardam *ex ante* o consumidor, mas não de forma principal, com exclusividade ou mesmo preponderância (p. ex., os tipos afeitos à concorrência desleal).

No plano dogmático-teórico, os crimes de consumo próprios não poderiam ou não deveriam resguardar valores e bens associados com a figura do profissional, o fornecedor. Mas tal pureza conceitual e metodológica não é respeitada pelo Direito positivo, como melhor veremos abaixo.

5. DA "ECONOMIA POPULAR" AO "MERCADO DE CONSUMO"

Ainda hoje, como se percebe da leitura da matéria da "Isto É", confundem-se "crimes contra a economia popular" e "crimes de consumo" (ou "crimes contra o consumidor", ou, ainda, "crimes contra o consumo"). Estamos diante de expressões assemelhadas ou, ao contrário, é equivocado tomar uma pela outra?

Elias de Oliveira, o monógrafo da Lei da Economia Popular, estabelece que "distinta de economia pública, que abrange o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, e diferente da economia privada, que compreende o patrimônio das pessoas físicas e das pessoas jurídicas de direito privado - força é reconhecer que existe também ... uma *economia popular*, resultante do complexo de interesses domésticos, familiares e individuais, embora como *fictio juris*, constituindo *in abstrato* um patrimônio do povo, isto é, de um indefinido número de indivíduos, na vida em sociedade"²⁴.

Se a Lei da Economia Popular cuidasse apenas do "complexo de interesses domésticos, familiares e individuais", seu núcleo objetivo em nada poderia ser diferenciado da idéia moderna de consumo e, a partir daí, de consumidor, como destinatário *final* de produtos e serviços oferecidos no mercado. Sucede que a Lei nº 1.521/51 tutela não apenas o destinatário final (o consumidor *stricto sensu*), mas igualmente protege aqueles que, embora destituídos desta qualidade, também consomem, só que num outro plano, como intermediários na fabricação, produção ou comercialização de produtos e serviços (consumidores *lato sensu*).

A terminologia adotada pelo legislador de 1951, evidentemente, abarca não apenas o consumidor-não-profissional (aquele inserido no "complexo de interesses domésticos, familiares e individuais"), como também o consumidor-profissional (aquele que exerce atividade comercial, na produção ou no comércio).

²⁴ Elias de Oliveira, *Crimes Contra a Economia Popular e o Júri Tradicional*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1952, p. 9.

Em outras palavras, a Lei nº 1.521/51, seja através da caracterização de seu sujeito passivo, seja pelo objeto do crime ("mercadorias"²⁵, "matérias-primas"²⁶, "gêneros"²⁷, e até "títulos públicos"²⁸, "valores"²⁹, "salários"³⁰, "ações"³¹ e "quotas"³²), vai muito além daquilo que, modernamente, denomina-se "crimes de consumo".

Não é, pois, para fins classificatórios, uma norma de previsão de crimes de consumo próprios. Em outras palavras, não é, definitivamente, uma "lei de proteção do consumidor", exatamente porque a visão que traz de mercado de consumo é mais larga que aquela própria ao Direito do Consumidor, ao proteger, a um só tempo, os interesses do consumidor final de produtos e serviços, assim como aqueles outros dos próprios empresários (como consumidores não-finais).

6. O SUJEITO ATIVO NOS CRIMES DE CONSUMO PRÓPRIOS

Os crimes de consumo próprios, como regra, só podem ser praticados por *fornecedores*, os profissionais, isto é, "toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços"³³.

No modelo do CDC, o sujeito ativo deve, necessariamente, exercer uma atividade profissional, daquelas mencionadas no seu art. 3º,

²⁵ Art. 2º, incisos I, III, V, VI e VII; art. 3º, incisos V e VI.

²⁶ Art. 3º, incisos I e IV.

²⁷ Art. 2º, incisos V e VI.

²⁸ Art. 3º, inciso VI.

²⁹ Art. 3º, inciso VI.

³⁰ Art. 3º, inciso VI.

³¹ Art. 3º, inciso VII.

³² Art. 3º, inciso VII.

³³ CDC, art. 3º, *caput*.

caput. Na medida em que o nosso sistema penal ainda não regulamentou a responsabilidade penal da pessoa jurídica, tem-se que só as pessoas físicas que pratiquem tais atividades podem ser criminalmente responsabilizadas.

7. O SUJEITO PASSIVO: QUEM É O "CONSUMIDOR"

Que a Lei nº 1.521/51 não tenha dirigido seus olhos, com exclusividade ou mesmo preponderância, à figura do consumidor, até compreende-se. E um estatuto penal anterior ao movimento consumerista e ao próprio surgimento do Direito do Consumidor.

Espanto maior poderia causar o CDC – a bíblia do jusconsumerismo – ao proteger criminalmente o consumidor (destinatário-final), mas não só ele! Mesmo aqui militam razões teóricas e práticas para assim proceder, com um afrouxamento do campo de aplicação subjetiva da norma e um conseqüente relaxamento do rigor teórico-dogmático que inspira a construção dos crimes de consumo próprios.

A principal causa para tal é que a norma penal, no campo do Direito do Consumidor, é um *posterius* que se presta a forçar a implementação de direitos e obrigações estabelecidos na parte civil do estatuto (o *prius*). Não tendo esta chegado a um modelo único de sujeito tutelado (vimos que o CDC tem quatro conceitos de consumidor), tampouco seria de se esperar uma tal proeza da norma penal.

Mesmo no âmbito do microssistema do CDC, limitado por natureza, o próprio legislador se encarrega de ampliar o conceito de consumidor, e, com isso, estende o alcance da norma penal. É o caso, p. ex., da ampliação em matéria de acidente de consumo (segurança de

produtos e serviços), onde o consumidor, definido como "todas as vítimas do evento"³⁴, é tanto o destinatário-final, referido no art. 2º, *caput*, do CDC, como até o profissional³⁵.

De uma maneira geral, contudo, é correto afirmar que, na ótica do CDC, estritamente falando, a tipologia lá prescrita só é passível de aplicação quando o sujeito ativo é "fornecedor" e o sujeito passivo, "consumidor". Assim, p. ex., se uma determinada conduta *afeta* apenas o concorrente e não o destinatário final – mesmo que indireta ou remotamente –, não se está diante de comportamento criminoso, nos termos do CDC. Logo, o juiz, antes de aplicar tais tipos penais, notadamente aqueles que fazem uso da expressão "consumidor"³⁶, haverá que buscar caracterizar o sujeito passivo, nos termos do disposto nos arts. 2º, 17 e 29, do mesmo texto legal³⁷.

8. MODALIDADES DELITUOSAS

Os tipos de consumo, próprios ou impróprios, são variados, nem sempre com redação escoreta e, por vezes, justapostos, cabendo ao intérprete fazer verdadeiros malabarismos no momento de aplicá-los. Seria realmente um milagre legislativo que uma tipologia, histórica e conceitualmente fracionada, pudesse gozar de harmonia e caráter sistêmico, características primeiras de estruturas penais codificadas.

³⁴ CDC, art. 17.

³⁵ É o caso do dono de supermercado (decididamente um não-destinatário-final) que é atingido por uma explosão de uma garrafa de refrigerante defeituoso.

³⁶ CDC, arts. 64, 68, 70, 71, 72, 73 e 74.

³⁷ Na definição básica, tem-se que "Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final" (CDC, art. 2º, *caput*). Mas a idéia de consumidor é por demais complexa para caber na estreiteza da fórmula do art. 2º, *caput*. Por isso mesmo, amplia, em três dispositivos, tal conceito (arts. 2º, parágrafo único, 17 e 29).

Os crimes de consumo, próprios ou impróprios, cobrem uma larga extensão casuística.

Inicialmente, o Código Penal traz figuras delituosas que, de uma forma ou de outra, resguardam interesses dos consumidores, começando por tipos penais tradicionais como o homicídio e a lesão corporal culposos³⁸: perigo para a vida ou saúde³⁹, estelionato⁴⁰, fraude na entrega de coisa⁴¹, fraude no comércio⁴², falsa indicação de procedência de produto⁴³, uso de gás tóxico ou asfixiante⁴⁴, desabamento ou desmoronamento⁴⁵, envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal⁴⁶, corrupção ou poluição de água potável⁴⁷, corrupção, adulteração ou falsificação de substância alimentícia ou medicinal⁴⁸, alteração de substância alimentícia ou medicinal⁴⁹, emprego de processo proibido ou de substância não permitida⁵⁰, invólucro ou recipiente com falsa indicação⁵¹, medicamento em desacordo com receita médica⁵², exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica⁵³, charlatanismo⁵⁴, curandeirismo⁵⁵, etc.

Normas especiais como a Lei nº 1.521/51, a Lei nº 8.137/ 90 (crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo), especialmente seu art. 7º, a Lei do Inquilinato e outras tantas também dão tutela penal ao consumidor.

³⁸ CP, arts. 121, § 3º, e 129, § 6º.

³⁹ CP, art. 132.

⁴⁰ CP, art. 171.

⁴¹ CP, art. 171, inciso IV.

⁴² CP, art. 175.

⁴³ CP, art. 196, inciso IV.

⁴⁴ CP, art. 252.

⁴⁵ CP, art. 256.

⁴⁶ CP, art. 270.

⁴⁷ CP, art. 272.

⁴⁸ CP, art. 272.

⁴⁹ CP, art. 273.

⁵⁰ CP, art. 274.

⁵¹ CP, art. 275.

⁵² CP, art. 280.

⁵³ CP, art. 282.

⁵⁴ CP, art. 283.

⁵⁵ CP, art. 284.

Finalmente, há o CDC, no seu Título II, com um conjunto de tipos penais novos, sede primeira da previsão de crimes de consumo próprios (mas não só deles!).